

124

LIÇÕES

DE

DIREITO ECCLESIASTICO EXTERIOR

1863—1864

ELENCO

Noções Geraes (1).

I

1.º O que seja o direito ecclesiastico exterior?

2.º Um qualquer Estado — e a esphera religiosa, em geral.

Um qualquer — e a Igreja Catholica.

Um determinado — e a mesma Igreja. E *vice-versa*.

3.º Como pertença ao direito público universal; — ao positivo d'um Estado; — e ao ecclesiastico.

Porque não se tracta do positivo portuguez.

4.º As Igrejas em geral, seus fins e meios, e seus membros.

A Catholica. Suas characteristics. (*Catechismo*).

Todas — associações d'homens, com um culto externo; — exteriores e visíveis. Consecratorios.

5.º O Estado — o que seja, seus fins e meios, e seus membros.

Differentes espheras da humana actividade. Liberdade e associação. Autonomia de cada uma d'ellas, *self government* (2).

6.º Coexistencia d'ellas no Estado: Relações reciprocas. Principios que devam determinal-as. Applicação á Igreja e ás Igrejas. Centralisação administrativa (3).

7.º Como a verdadeira Igreja, sendo *catholica*, abrange em si os Estados; e no entretanto como é que cada uma das partes do grande todo se contém nos Estados.

8.º A absoluta distincção dos fins como não importa opposição, senão harmonia. Reciproca coadjuvação, sem quebra da autonomia, nem necessidade de privilegio (4).

9.º D'um e outro lado, no seu campo, poderes summos e independentes. Conveniencia, politica e religiosa, em these, da separação dos dois poderes no seu exercicio (5).

10.º Differentes systemas (6). — O *hierocratico*.

Quando, como, com que fundamentos e geral accção, teve principio e se desinvolveu.

Quando, como e por que causas, decahiu e terminou.

Confrontação com os principios e com o Evangelho.

11.º Bonifacio VIII e a bulla *Unam sanctam*, C. 1, Extr. Comm. L. 1, T. 8.

Clemente V e a bulla *Merui*, C. 2, Extr. Comm. L. 5, T. 7.

Declarações do episcopado francez, principalmente em 1765 e 1826; e do irlandez, inglez e escossez, catholicos, nesse ultimo anno. Carta do cardeal Antonelli, de 23 de Junho de 1791 (7).

Médos imaginarios e accusações calumniosas. Outros tempos, e outras ideias.

12.º *Cesaropapado* e systema territorial.

O que seja. Sua confrontação com os principios e com o Evangelho.

A reforma, de 1517 a 1648. Intolerancia extrema, e reciproca. Os reis-papas, e mais que papas.

Paz de Westphalia. *Cujus regio, illius religio* (8).

13.º Como da reforma sae o mais exaggerado absolutismo. Espantosas contradicções. A incredulidade e o racionalismo. O tempo que tudo muda. Tolerancia (9).

Reacção e despeito d'escriptores e politicos em paizes catholicos. O mau exemplo dos governos protestantes. Josephismo e o chamado — *jus reformandi*.

14.º A sciencia, que condemna a hierarchia, fere igualmente o cesaropapado e o josephismo.

Incompatibilidade entre a descrença, ou mesmo as crenças contrárias dos que exerçam o poder temporal, e o josephismo.

15.º O systema *disjunctionis*.— Absoluto.

Restrito, com religião d'Estado, *dominante*.

Considerado em these e em hypothese. Vantagens. Inconvenientes.

9 A necessidade e consequências da luta e os efeitos do privilégio. A acção livre e a acção sujeita ao poder civil, em troca dos privilégios.

As Igrejas e a Igreja — livres no Estado livre (10) —

Desenvolvimento natural da Igreja, e o controle dos governos e nações. Situação — *typo* (11). Summa dificuldade na conservação da reciproca autonomia. A historia. Os sistemas.

06. Verdadeira coordenação no mutuo adjutorio — pleno e verdadeiro — sem a menor quebra da autonomia; e sem estranhas applicações das duas forças — espirital e physica. *Suum cuique.*

III

17.º Necessidade moral, para o christão, de procurar que se obtenha o fim de Estado, como cidadão que é; e é da Igreja, como fiel.

Preferencia, na colisão, do fim mais excelente. Os primeiros christãos dando a vida pelos Cesares, e recusando-se a sacrificar aos idolos. Prelados, bons cidadãos, resistindo passivamente ás invasões do poder temporal na governação da Igreja.

**Liberdade real, e subserviência ao mais forte e ao que
pode melhor pagar neste mundo.**

18.º Negocios privativos, e negocios communs ou mixtos. Principios de decidir — fim de cada um poder, determinado pela sua natureza, medida do mesmo. — art. 1.º

Convencões accidentaes.

Não o *util* somente, ou o que se diz util e conveniente, não os *factos* e as leis humanas (com o que não ha violencia e invasão reciproca que não possa justificar-se); não o puramente *espiritual* para um lado, e o exterior e *visivel* para o outro (12).

O ensino doutrinal — a fé e os costumes — a disciplina — institutos — votos — administração de sacramentos — a missão dos pastores, etc. (13).

Collisões no que é privativo. Seus resultados, sacrilegio ou perseguição.

19.º Negocios mixtos. No systema *disjunctionis* — a acção de leis geraes. No *coordinationis* o mutuo accôrdo, indispensavel. Força, não direito. Factos, e direito.

III IV

20.º Dos deveres geraes da Igreja, doutrinando e santificando; do Estado, *fulgando* e *combatendo* pela justiça: — e da possibilidade de reciprocas invasões: — a *summa* dos direitos e officios reciprocos.

A. Igreja para com o Estado.
Jus admissionis. Principios geraes que o fundamentam, ja desenvolvidos. Obrigação de se manifestar ao Estado. Como é essa a primeira e universal pretenção da Igreja catholica; manifestar, publicar, ensinar a sua doutrina.

Correspondem obrigações politicas. Liberdade de consciencia e culto, interno e externo. Protecção real de pessoas e cousas.

21.º *Jus* — antes *officium advocatiae*. Doutrina de Jesus Christo, dos Apostolos e SS. Padres (14). Preces.

Cumprimento dos deveres de cidadão por consciencia, e com o intuito no fim religioso. O melhor christão—o melhor cidadão.

22.º *Jus cavendi*, pelos meios próprios. Direito de petição, liberdade de imprensa. Resistência passiva no conflicto entre o mando da auctoridade politica e a consciencia.

Em extremo caso, e prudentissimamente— as penas espi-rituaes contra os fideis, profanadores do sanctuario, etc.

Nenhuma extranhesea, no reconhecimento d'este direito, salvo em governos despoticos, ou em presença de pretenções a *cesaropapado*.

23.º *Jus exigendi bona temporalia*. Culto externo, sacerdocio, institutos auxiliares.

Direito *commum* de propriedade, individual e social. O conjuncto de individuos, e os individuos. A propriedade—direito natural, não invento da lei humana.

As personalidades juridicas— a associação em exercicio. Não é a lei *civil* que as cria, reconhece-as, se inoxtias. A Igreja catholica constituiu-se contra as leis do mundo antigo; — e contra as do moderno, aonde perseguida. Precedeu ás das nações que se succederam ao imperio romano (15).

Liberdade de administração domestica; regras privadas de acquisição, e alienação, com sujeição ás leis geraes do Estado.

24.º Quotas de associados, em qualquer sociedade, condição dos gózos communs. Privação dos commodos para quem se recusa aos incommodos.

Toda a associação, reconhecida por *pessoa juridica*, auctorizada a exigir nos tribunaes o que lhe é devido. Direito commum, e por tanto da Igreja.

25.º Hypothese do *Estado thesoureiro* da sociedade. Absurdo que leva ao communismo, e plena centralisação (16).

Dependencia de quem dá o pão. As necessidades de cada uma esphera, e em especial da Igreja, dependentes do orçamento, e da boa ou má vontade dos governos.

Differentes crenças; imposto repulsante — da verdade (ou que se suppõe verdade: — todas) para o erro. *Maxime*, havendo religião do Estado, e liberdade de cultos.

26.º Hypothese da appropriação dos bens pelo Estado. Necessidade moral e legal da restituição, por alguma forma.

A dotação do clero, não repartida pelo poder politico, mas pelos prelados, de accôrdo com elle.

27.º Direito á livre escôlha dos ministros; — não são funcionarios do Estado, mas — *ministri Dei et dispensatores mysteriorum Christi*: ou pelo menos á sua *liberrima instituição canonica*, — aonde o padroado.

A missão. O poder. A autonomia. A Igreja perseguida ou só tolerada.

28.º A direcção livre e *canonica* dos actos do culto. Collisão de sacrilegio ou perseguição.

Cemiterios catholicos. Necessidade de cemiterios separados para heterodoxos. Distinctos deveres da sociedade temporal, e dos ministros da Igreja.

29.º O Estado para com a Igreja.

Jus admissionis, não *reformandi*. Ver e saber quem vem e para que.

Advocatie seu tuitionis, fundado no fim geral e commum;

e no especial interesse politico da religião, especialmente catholica. No mes abito, zotshoq zioh zo za-tilionos ofro

No systema *coordinationis*, o auxilio do *braço secular*, hoje em desharmonia com as ideias e instituições.

Leis penaes, em conformidade, reaes e effectivas, e dictadas pela sã philosophia criminal.

30.º *Adhortandi* no syst. coord. ositziszelooe os livio o

Verdadeiro interesse de governos *catholicos*; e cuja religião de Estado seja a catholica, em que se cumpram o Evangelho e os canones: catecheses, visitas episcopaes, concilios provinciaes, *synodos diocesanos, etc., etc.*

31.º *Jus cavendi*. *Prevenção*, que tolhe o uso por medo do possivel abuso, contrária á liberdade civil, politica e religiosa.

Repressão do abuso practicado, com a nullidade dos actos; e as penas civis, havendo quebra da ordem.

32.º O art. 16 da Const. Belga, e o *placet* (17).

O *placet* para a publicação e execução das bullas, breves, constituições, pastoraes, etc.

Como conciliar-o com a autonomia da Igreja, mórmente na presença da indifferença, má vontade e contrarias crenças dos que exerçam o imperio civil?

O *placet* geral na primeira admissão, e a reciproca confiança. Argumento de qualquer outra associação, pessoa juridica.

Necessidade absoluta da livre administração dos prela-dos em suas dioceses.

Absurdo de perder a Igreja na passagem de perseguida ou apenas tolerada, para acceite e especialmente considerada e protegida.

Liberdades e servidões, incompativeis.

Dogma, moral, pura disciplina ecclesiastica, mixta; negocios de mero interesse privado, tocantes á consciencia.

Será indispensavel com relação a negocios mixtos? poderão conciliar-se os dois poderes, ainda sem elle?

33.º Sua história: Scisma dos fins do seculo XIV, e começo do XV. Papas de Avinhão e de Roma. Grande incerteza da legitimidade dos diplomas, ou se — sorreticios (18). Grandes abusos e invasões por falsas ideias da sujeição do civil ao ecclesiastico, excessos de mandatos, expectativas, reservas de beneficios.

A refôrma e seus principios. Exaggeração do *placet* nos seculos XVIII e principios do actual.

A influencia dos principios tendendo a modificar (19).

As circumstancias dos seculos passados, mórmente do XIV e XV, inteiramente mudadas.

Reparação do abuso practicado, com a nullidade dos actos; as penas civis, havendo de ser da ordem

13.º O art. 16 da Const. Belg. e o *placet* (17).

Em quanto ás pessoas ecclesiasticas

concedido-lhe com a autonomia da Igreja, mórmente a que exerceam o imperio civil?

34.º Pessoas ecclesiasticas, fieis e ministros:

Liberdade de vocação. Principios geraes, economicos — *sensu amplissimo* (20).

Liberdade d'associações — religiosas, *com votos* — de seculares — e regulares.

Multiplicadissimos fins pios, — adjutorio da acção ordinaria, e — extraordinaria do ministerio ecclesiastico (21).

35.º O que se tem visto, o que se vê aonde ha verdadeira liberdade para a Igreja Catholica.

O que succede na Belgica, Estados-Unidos, Inglaterra, etc., em geral, com o systema, absoluto ou relativo, da *dissjunctionis*; e com a mera tolerancia sob regras geraes, como em França (22).

Auxilio da beneficencia official, completando-se com o que não pôde fazer senão — a caridade (23).

36.º Natureza do *voto*. Publico ou privado, todo de consciencia.

Ao Estado — so o que é exterior — a solemnidade, os effeitos civis.

37.º O que tem de civilmente noxio o *voto* — de pobreza, — de caridade, — de obediencia?

A politica e — certos institutos em certas epochas. Reformar e expulsar. Accôrdo, e — violencia do mais forte. Direito e factos.

Privar a Egreja de todos e quaesquer auxiliares que — ella — entenda precisar?

38.º Aonde não ha privilegios, riquezas, e importancia politica; — quando o influxo do seculo actúa em diversissimo sentido; — cumpridas religiosamente as leis disciplinares, — que receio de sobejidão em o número dos ministros, e auxiliares?

II

39.º Ministros da Egreja.

Direito a escolhel-os, taes e quantos ha mister.

O Estado coagindo e impondo serviços publicos. A Egreja, orando, provando, recusando. Difficeis noviciados do clero, secular e regular.

40.º Seminários. O Conc. Trid. O fim, os meios. A indispensável ligação com a esphera do episcopado (24).

Mestres e professores, directores, — verdadeiros cooperadores do episcopado na criação dos futuros ministros.

41.º Circumscripções ecclesiásticas, officios e beneficios, — objecto de sua natureza puramente ecclesiastica.

Instituição, inspecção, correcção, destituição dos ministros — puramente da Igreja.

42.º No *systema coordinationis* — accôrdo e harmonia. Recrutamento, meios, circumscripções, — padroado (*adimate*). E no *disjunctionis*?

43.º *Incompatibilidades* do sacerdócio com outros officios. Reconhecimento d'essas incompatibilidades, a ser real a protecção, *sob qualquer systema*.

Não são isenções.

44.º Isenções: — foro e tributos.

Foro.

O conselho do Apostolo não aos clérigos somente, mas a todos os fieis. Juizo de conciliação pelo Bispo, ou por arbitros, tirados da communidade christã (1. Ad. Cor. 6, v. 1—8), Conc. Carth. a 397 (C. 11, Quest. 1) — Penas contra o clérigo que preferisse ao juizo do seu prelado recorrer ao secular.

O pensamento da Igreja — retirar o clero das malquerenças, chicanas, e distrações do foro; — estreitar os vinculos da disciplina pela obediencia ás admoestações e correcções do bispo.

A jurisprudencia civil romana: — crimes mais leves, —

e crimes mais graves. A punição civil depois da degradação (25).

45.º Meia idade. Juizos de Deus. O milagre supposto para livrar o innocente das *barbaras e estultas* provas (26).

Incompativeis com o caracter de — a sciencia, ao menos *relativa*, do clero nessa epocha.

O juizo, regular e de gente culta, contraposto ao dos homens da guerra.

Prova pelo que succedia na Inglaterra com o *beneficio do clero*, que aproveitava a este, e aos leigos que sabiam *ler*. Depois ampliado a todos, uma vez na vida; para o effeito de se subtrahirem a penas crueis pelo juizo mais benigno dos bispos.

46.º Como das leis civis, aceite o privilegio, passou aos canones. Hierocracia. Clerigos que o desprezavam. Magistrados que o não guardavam (27).

47.º O foro—civilisado. Circumstancias e ideias diversas. Nos crimes dos ecclesiasticos: — o estado das prisões, — o mesmo material dos auditorios, etc. — a dignidade do caracter sacerdotal, mormente episcopal; justificaria algum resto da immundade?

Pensamento de Bohemero, e outros protestantes (28). Seria mais razoavel o direito justinianeo?

Relatorio do mesmo.

IV

48.º Tributos.

Idéia geral. Os bens da Igreja — patrimonio dos pobres, deduzida a *estreita* sustentação dos ministros. A Igreja e o Estado christão, fazendo um so todo. Fundo *commum* da

sociedade christã, insusceptível de collectar-se — para ella mesma.

Exemplo d'hoje nos passaes, cêrcas das freiras, casas dos hospitaes e misericordias, etc.

Na historia — os privilegios da meia-idade. A hierocrazia; — e os serviços que o Estado recebia da Igreja. — Concurso extraordinario para as públicas necessidades.

Provisão de benefícios.

Designatio personae — et collatio, institutio canonica.
Negocio — todo — puramente ecclesiastico.

Por motivos especiaes — concessão da faculdade de designação a pessoas diversas do collador, ainda — *seculares*, principes ou governos, e cidadãos.

Disciplina vária (29).
50.º Bispos.

Nos primeiros tempos — os bispos próximos, com o clero da diocese, ouvido o testemunho do povo; e depois — por elles sós examinado, e sagrado o eleito.

Ao diante — metropolitano e suffraganeos presentes.

D'este pelo patriarcha ou primaz. D'estes pelo papa.

Relatorio do caso, e profissão de fé do eleito, — presente ao papa (30).

51.º Influencia dos reis christãos. Conc. Tolet. 681; na Hespanha defere-se a elles a apresentação. Na Allemanha o systema feudal, e as investiduras.

Confusão do espirital com o temporal. As simonias, corrupção e subserviencia. Esforços, reformadores de Gregorio VII e seus successores. 1122, Convenio de Worms.

— A eleição pelos cabidos. (31)

52.º Seculo XV. — Concordatas, indultos, etc., — apresentação régia em muitos paizes. O direito *communis* ainda vigente noutros.

53.º — Em theoria qual dos dois systemas mais conveniente? — e em hypothese

Ilusão d'eleição verdadeira no systema da coordenação — actual, de facto. Maior consideração *politica*, na escolha do governo. Seus grandes perigos. O direito da *exclusão* nalguns dos Estados allemães, heterodoxos, — absurdo (32).

E no systema *disjunctionis*?

VI

54.º Dignidades e officios abaixo do episcopado.

Tempos apostolicos. Act. C. 6, v. 2 — 6. C. 15 a 22. — O clero e o testemunho, e mesmo a eleição, da comunidade.

Epocha seguinte. C. 2, D. 24 (Conc. Cart. em 397) C. 6 eod (*Statuta antiq.*)

55.º Ordenação para officio determinado. Ordenar, e prover no officio, sob pena de nullidade. C. 4 e 2, D. 70 (Conc. Chalc. 451; e Urbano II no Conc. de Placencia 1095). Modificação por Innocencio III. — C. 16 X, l. 3, c. 5.

O bispo ordenante, e collador livre, com o voto do seu presbyterio (33).

56.º Os cabidos em vida canonica. Subsequentes mudanças. Bispos e cabidos — em separado.

A regra a favor do bispo, — o pastor; os outros ecclesiasticos — seus cooperadores. Elle o ordinante.

Na prática — bispos com o cabido e — sem elle: — cabidos — sem o concurso de bispo — no provimento das cónizas (34)19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

57.º As grandes riquezas dos cabidos. Seus effeitos. *Just primarum precum* d'alguns príncipes.

Entreferencia pontificia — por letras *precativas*, — depois *adhortatorias*, — e enfim *preceptivas*.

MANDATOS. Exemplos de bom uso (35).

EXPECTATIVAS. RESERVAS. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

58.º O grande scisma. Magno abuso d'umas e outras.

A reserva dos — *dois terços* — por Martinho V, no concilio de Constança.

O Conc. Trid. pondo-lhe termo, mas não derogando o direito *commum*, S. 24, C. 19, De ref.

59.º Summa das reservas. Alteração de provimento de cónizas e benefícios.

Concordatas. Direito positivo — local (36) e orela O

708 me 1160. 1161. 1162. 1163. 1164. 1165. 1166. 1167. 1168. 1169. 1170. 1171. 1172. 1173. 1174. 1175. 1176. 1177. 1178. 1179. 1180. 1181. 1182. 1183. 1184. 1185. 1186. 1187. 1188. 1189. 1190. 1191. 1192. 1193. 1194. 1195. 1196. 1197. 1198. 1199. 1200.

VII (1160. 1161. 1162. 1163. 1164. 1165. 1166. 1167. 1168. 1169. 1170. 1171. 1172. 1173. 1174. 1175. 1176. 1177. 1178. 1179. 1180. 1181. 1182. 1183. 1184. 1185. 1186. 1187. 1188. 1189. 1190. 1191. 1192. 1193. 1194. 1195. 1196. 1197. 1198. 1199. 1200.)

60.º Outros benefícios.

A regra geral do *primitivo direito* (37) As reservas e suas consequências — no *direito commum* — e as concordatas, etc.

O DIREITO DO PADROADO (38).

O que seja? Direitos, honras e obrigações.

D'onde, e por que razão? 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

61.º Desconhecido a principio. Sec. 5.º Bispos de Fran-

ça que fundavam Igrejas em alheia diocese. Padroados de seculares no 7.º sec. em Hespanha,— *vitalicios*.

62.º Fundação de capellas nas grandes herdades,— convertidas em parochias; — e transmittidos os direitos de padroeiro com as mesmas terras.

Razão de nome de *patrono*, ou padroeiro (39).

63.º A força bruta da selvageria feudal, e a penuria dos reis e senhores, invadindo a Igreja.

Analogia com a questão das investiduras.

Documentos dos excessos. C. 16 e 38, Q. 7.

C. 30 X (L. 3, T. 5). C. 4 X (L. 3, T. 38). C. 23 eod. C. 12 X (L. 5, T. 37).

Pôr e tirar os ministros a arbitrio. Usurar as rendas.

Matar ou mandar matar aquelles, etc.

64.º Aquisição.

Patronum faciunt dos, aedificatio, fundus.

Quid a respeito de cada um d'estes modos, em summa?

Conc. Trid. S. 14, C. 12. *De ref.*

Extraordinariamente — a prescrição. C. 9, S. 25, *De ref.*

65.º Especies — pessoal e real; — ecclesiastico e secular, e mixto; — hereditario e familiar; — regio e privado; — pleno e menos pleno; — singular e com padroado; — activo e passivo (40).

66.º Diferença do ecclesiastico e secular na dilação para a apresentação, e faculdade de a reformar, e com que effeitos (41). E no mixto?

67.º O *regio* reconhecido no Trid. C. 9 cit.

Não é direito magestático, aliás caberia ao Sultão e ao imperador da China. Origem idéntica à do privado, embora mais amplo, mormente na Hespanha e Portugal por effeito das conquistas (42).

68.º Necessidade de concordatas,— e indemnisações — para perimir *jure ac merito* — os padroados particulares.

Quid — extinctas corporações padroeiras?

69.º Direitos honoríficos, e lucrativos. Condições da apresentação. Liberdade da collação pelo ordinario. Effectivo e real *provimento* — por quem?

70.º Obrigações para com a Igreja; bens e interesses materiaes e espirituaes. Como, e até que ponto?

Quid — faltando ao cumprimento d'ellas?

71.º Os concursos, segundo o Trid. C. 18. S. 24 *De reform.*

72.º Perda do direito — sem crime, e — por crime (43).

Em quanto aos bens

I

73.º Primeiros tempos, principio de patrimonio da *communidade* — com a pobreza *individual* dos ministros. *Joan.* C. 4, v. 8. C. 12, v. 6. C. 13, v. 29.

— Edade apostolica. Act. Ap. C. 2, v. 45. C. 4, v. 34 e 35. C. 6, v. 4—7.

— Regras. Matt. C. 10, v. 10, 1.ª Ad. Cor. C. 9, v. 13 e 14; Ad Thim. 1.ª C. 6, v. 8.

Cotisações ordenadas: — 1.ª Ad Cor. C. 16, v. 1 (44).

74.ª Offertas, e — entre ellas os dizimos e primicias da lei mosaica, não *impósto*. Uso e costume pio.

C. 6, Caus. 21. Q. 3 (S. Cypr.) Tertulliano cit. por Walter (45).

Administração pelo bispo. Suas escripturadas regras.

C. 23, Caus. 12, Q. 1 (C. Anthioc. a. 332).

C. 26 e 28 eod. (S. Agost.)

75.º Principio do seculo IV. Bens de raiz. Diocleciano appropriar-se em 302. Maximiano restitue em 307.

Edicto de Licinio em 313 (46).

76.º A liberalidade dos principes e dos fieis. Na meia edade — territorios inteiros — para fazer cultivar e povoar. Na Egreja e mosteiros — os capitacs da sciencia e do dinheiro. A liberdade — á sombra da Egreja.

Accumulação exagerada. Abusos. Adulteração e corru-

peção do espirito sacerdotal e monastico. Incitamento á avidez dos potentados seculares, etc.

77.º Alteração no systema da administração. Bens, fundos e dizimos annexados aos officios ecclesiasticos — *Ad instar dos benefícos feudaes*, os — ecclesiasticos (47).

II

78.º Os dizimos. Sua antiguidade, que se perde na noite dos tempos. Gen. C. 28, v. 22. C. 14, v. 20.

Lei mosaica.

Symbolismo do número *dez*, — decadas dos fructos, — dizimo a Deus (48).

79.º Const. Apost. cit. por Walter e outros. Instantes exhortações dos SS. PP.

Todavia nenhum canon até ao sec. VI.

80.º Concil. Macon. a. 585. — Sua lettra expressa; — e o destino dos dizimos — *in pauperum usum aut in captivorum remissionem*.

Pena contra os que os não pagassem.

Depois muitos outros can. — Mais tarde a lei civil. Carlos Magno, etc. (49).

81.º Os dizimos — em partes, usurpados pelos srs. feudaes. Lucta da Igreja. Necessidade de admittir factos, de longa data consummados. O escandalo do clero parochial em penuria, e os rendimentos da Igreja absorvidos por — nobres e poderosos do seculo; — ou ainda por — ecclesiasticos *commendatarios*.

Abusos, seguindo-se a um razoavel uso — das *commendas* de bispados, abbadias, priorados, etc.

82.º Confusão do ecclesiastico e do secular nos dizimos, procedentes uns da Igreja, e outros do Estado.

Profundas alterações na prestação dos dizimos, recahida finalmente 'numa só classe, a agricola; — e em desharmonia com os principios economicos (50).

Ainda 'nesse estado — pingue manancial de recursos, difficéis de substituir-se.

III

83.º Qualquer que seja a associação, uma vez reconhecida, — o direito do govêrno d'ella a exigir os meios materiaes de que precisa; e o — dever correlativo dos associados, — garantido e tornado effectivo pelo Estado. Assim na Igreja — *em these*.

Direito a adquirir condição d'existencia. A dependencia do *placet* para esse fim, como harmonisa-a com a necessidade e o direito do proprio desinvolvimento?

84.º Como os bens de qualquer associação e pessoa moral; e portanto, e com maior razão, os da Igreja, carecem de solemnidades para se poderem alienar. Quaes, e por quem? (51)

85.º Em hypothese — necessidade das leis de *amortisação*.

Difficuldades não so da alienação, — mas do melhor aproveitamento.

Notaveis exemplos em contrario — não a regra geral.

Em tempo — as immunidades dos bens, e dos que os

grangeavam. Onus das classes não privilegiadas. Cumulo de bens de raiz.

Amortisação para a — circulação, impostos, e foro geral.

86.º Diferença entre regular a aquisição d'uns, e o direito a dispôr dos outros: — e o cortar por direitos adquiridos.

Difficuldades e perigo d'abuso do direito pelo Estado, — que não convencem contra a legitimidade do uso.

87.º Como, não obstante ter cessado a amortisação com relação ao foro e aos impostos, a restante — da circulação conserva, em superior grau, os seus inconvenientes, — communs á idéntica pelo Estado, municipios, institutos civis, etc.

Temperamento racional. *Nequid nimis*.

88.º A ampliação á aquisição de bens moveis e capitaes — sem fundamento. Perigo da contrária doutrina.

89.º Desarmotisação do legalmente adquirido — por mera *secularisação* em beneficio dos principes e nobres; — por *encameração* — nos proprios ou bens nacionaes, com o onus de applicar para a Igreja os rendimentos. Como em nenhum d'estes casos ha desamortisação, mas só espoliação.

Apropriação para verdadeira, geral, e manifesta *necessidade*, não mera conveniencia pública; como e com quaes condições justificavel? (52)

90.º Subrogação por capitaes, com applicação livre, ou restricta em *fundos publicos*: como e com quaes condições justificavel? Vantagens e inconvenientes — para a Igreja e instituições; e — para o Estado.

IV

91.º Da natureza do direito de propriedade,—fins expressos das doações e fundações, etc., — e missão do poder politico — como deduzir um qualquer direito a apropriar-se o Estado dos bens da Igreja?

Nem a — dispor, a arbitrio, a sua applicação para fins diversos, ainda pios.

92.º Necessidade de cumprir as vontades dos fundadores e dotadores no tocante à *administração*.

Em regra — o bispo, como ordinario; — os prelados dos institutos; — e o papa, como supremo chefe.

E no syst. *coord.* o Estado, protegendo e inspeccionando.

Administração parochial mixta, como? Direito *commum* (53).

93.º Fábrica? Seus recursos. Reparação dos templos. Por quem, segundo o direito *commum*? (54)

94.º Causas *sagradas*. Seus privilegios, qualquer que seja o systema, uma vez que a Igreja esteja admittida. Cemiterios, negocio mixto; respeito ás leis da Igreja, perfeitamente conciliavel com os deveres do Estado (55).

95.º Applicação dos principios a quaesquer institutos pios. Condições das doações e legados. Compromissos. Não contrariar nem a caridade — que dá, nem a — que ministra.

Em quanto ás causas

1

96.º Sua divisão; e como pertençam umas á Egreja, outras ao Estado, solidariamente; — e outras a ambos, a respeito diversos (56).

Applicação ás espirituaes — *intrinsice, accessoriè, — per accidens*. Outr'ora e hoje.

— O que pertence ás matrimoniaes — objecto de *lições especiaes*.

II

97.º Appellação por abuso: — queixa ao govêrno contra a invasão na esphera civil.

Queixa similhante, no caso de infracção de direitos especiaes do govêrno catholico.

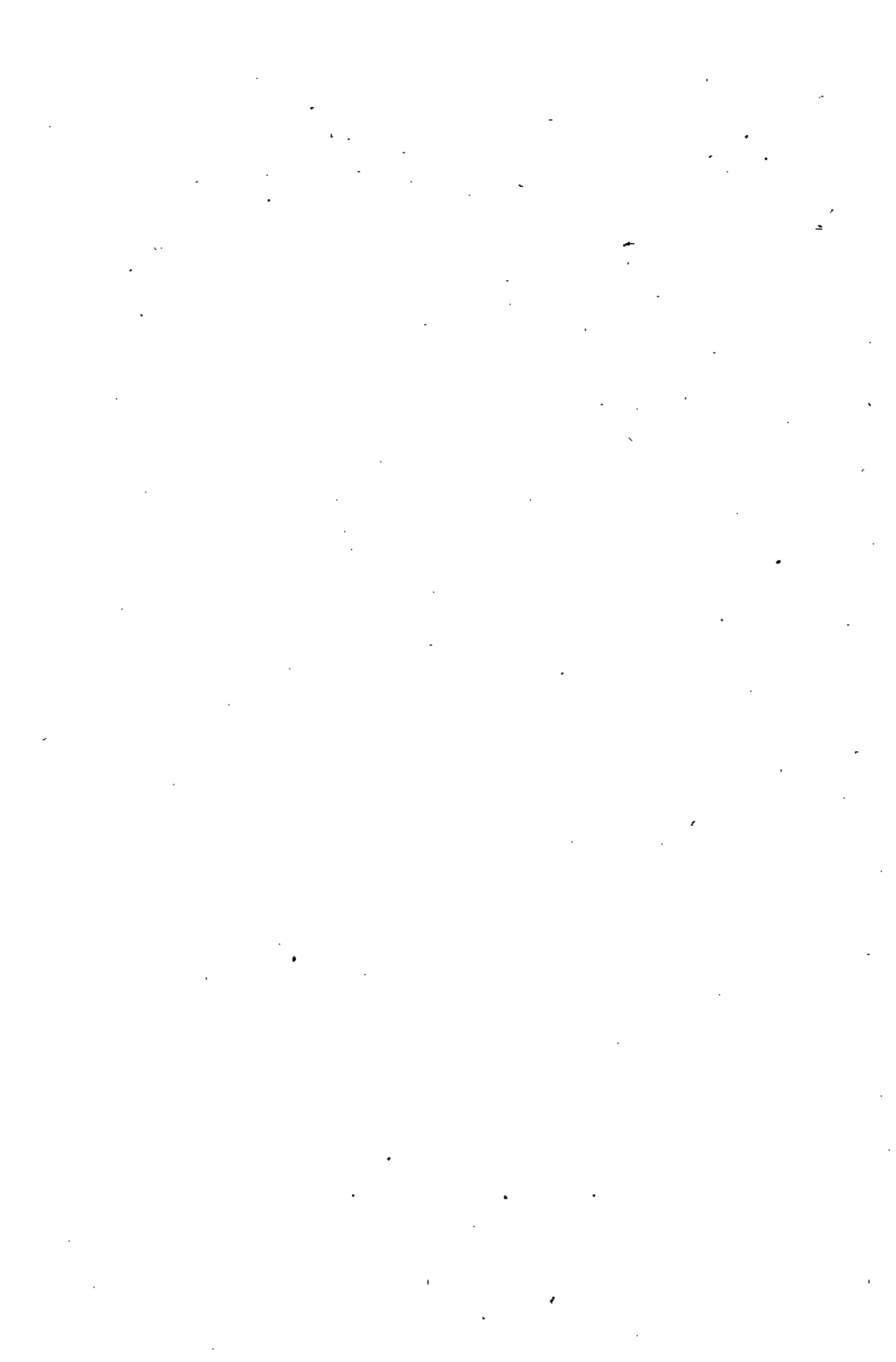
O mesmo contra vias de facto, pura violencia.

98.º De julgamentos *contra canones* — recursos ordinarios—ecclesiasticos. A quem interpretal-os, e fazel-os cumprir?

99.º Em qualquer caso de queixa, para que fins?

Perigos, para a autonomia da Egreja, da exaggeração d'este recurso.

A Ord. do Reino — em conformidade com os principios (57).



NOTAS

(1) Schenk, *Inst. Juris Eccles.* (Ratisb. 1853, 11.^a ed.) Tom. 1.^o, §§ 277 a 329. Walter, *Manuel du Droit eccles.*, trad. de l'allemand, Paris 1840, §§ 40 a 45.

(2) A. Forjaz, *Novos Elementos d'Econ. polit.* §§ 236 a 244. Ventura de Raulica, *Essai sur le pouvoir public*, Paris 1859, §§ 65 e 67.

(3) AA. cit. e De Montalembert, *L'église libre dans l'état libre*, Discours pron. au Congrès cath. de Malines.

(4) AA. cit. De Montalembert, *Note explicative*—Correspondant, Octob. 1863, pag. 416. Walter cit. §§ 40 e 52. Guizot, *L'église et la société chrétienne*, Paris 1861, Chap. 7.^o e 8.^o Sr. Mexia, §§ 114 a 123.

(5) Unica excepção, de que não tivemos occasião de nos occupar, mas que reconhecemos, sem a menor hesitação:—*é mister que o papa seja rei — para que os reis não sejam papas.* Mr. de Montalembert o reconhece — not. ao 2.^o discurso. Ventura de R. cit. § 69. Guizot cit. Cap. 19. (*Il faut que les deux pouvoirs soient confondus dans l'état romain pour qu'ils soient séparés dans le reste du monde.*) Odilon Barrot). Mgr. Dupanloup, *La Souveraineté Pontificale*, Paris 1860, Cap. 3. Sauzet, *Rome devant l'Italie*, Paris 1860, première partie, etc.

(6) Schenk cit. § 279. Sr. Mexia § 120. Walter cit. §§ 35 a 39.

(7) Mgr. Affre, *Essai sur la suprématie temporelle du pape et de l'église.* Amiens, 1829.

(8) Dollinger, *L'église et les églises*, trad. de l'allemand, Paris 1862, Cap. 2.

(9) O mesmo A.

(10) De Montalembert, e AA. cit. em as not. 3 e 4.

(11) Walter cit. §§ 40 e 52. Compreende-se bem a possível aliança da — protecção e consideração especial, prestada á unica verdadeira Igreja, — sem a submeter a *servidões* chamadas *liberdades*; — com a tolerancia dos outros cultos, que não offendam a moral e a ordem pública.

Compreende-se bem que — «será mister sempre manter um certo circulo de verdades, sem as quaes nenhuma sociedade é possível; e

cujo reconhecimento é por consequencia a condição do direito civil e da paz social; e cuja negação pública, por palavras e acções é violação da paz, e attentado contra a existencia da sociedade.»

Dict. encycl. de Theol. — LIBERTÉ DE CONSCIENCE.

Comprehende-se egualmente a summa conveniencia da unidade da crença,—real e verdadeira; e por isso procedente unicamente da consciencia, não da força externa.

(12) *Extrait des actes de l'assemblée du Clergé de France, tenue en 1765.* Mgr. Affre cit., pag. 461. *De l'autorité des deux puissances*, Strasbourg, 1781, Tom. 2.º, Cap. 3.

(13) Os mesmos, e espec. *Extrait des actes.*

(14) Ad Rom. C. 13, v. 1 a 6. Ad Thim. 1. C. 2, v. 1 a 3. Ad Tit. C. 3, v. 1. Petr. 1, C. 2, v. 13 e 14. Matt. C. 17, v. 23 a 26. C. 22, v. 16 a 21, etc.

(15) Mgr. Affre, *De la propriété des biens eccles.*, Paris, 1837, Cap. 1 e 2.

(16) N. E. d'Econ. polit. § 293 not.

(17) «O Estado não tem direito a entrevir nem na nomeação, nem na instalação dos ministros de qualquer culto; nem a impedir que estes se correspondam com seus superiores, o publiquem suas decisões; salva, neste último caso, a responsabilidade ordinaria em materia de imprensa e publicações.»

(18) Ord. Affonsina, L. 2, T. 5. Concord. de D. Pedro I com a clerezia, art. 32 (1399). L. 2, T. 7. D.ª de D. João I, art. 87. Walter § 44. Schenk1, § 296.**

Wetzer e Welte, *Dict. encycl. de Theolog.*, trad. de l'alle. por Gosehler — PLACETUM. Phillips, *Du droit eccles. dans ses principes*, trad. de l'alle. Paris, 1851. Tom. 3, pag. 208, § 135.

(19) Schenk1 cit.

(20) N. E. d'Econ. polit. § 64.

(21) Wetzer e Welte cit. — *Ordres religieux, Monachisme, Amerique du Nord (L'Eglise cathol. dans l')* Walter cit. §§ 322 a 335. Schenk1 cit. §§ 273 e 271. André, *Legisl. civile-eccles.* — CONGRÉGATIONS. *Du catholicisme en Angleterre*, Rev. d'econ. chrét. Juillet, 1863. Lacordaire, Vie de S. Dominique, Paris, 1852, C. 1. N. E. d'Econ. polit. §§ 228 e 244. A. Forjaz, *Das Irmãs da Caridade*, Coimbra, 1857, etc. etc.

(22) AA. cit.

(23) Blanche, *Dict. générale d'administration* — BUREAU DE BIENFAISANCE — HOSPICES — CULTE.

(24) Schenk1 cit. § 396.*

(25) Schenk1 cit. § 303.*

(26) Whalen, N. *Dict. de la conversation*, — *Épreuves judiciaires.* Walter cit. § 185.

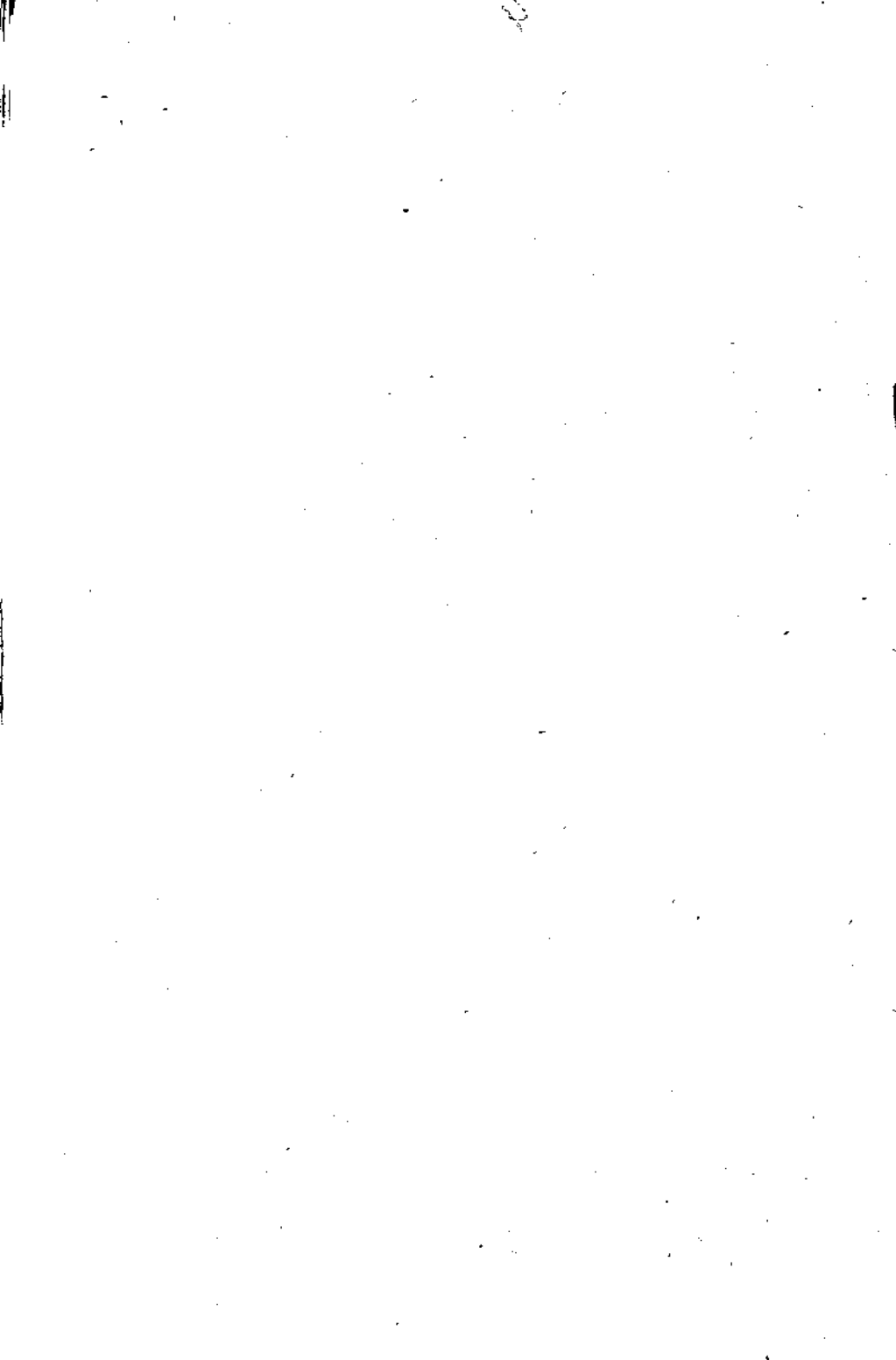
(27) Schenk1 cit. § 305.*

(28) O mesmo.

(29) Walter, §§ 217 a 228.

(30) O mesmo, § 218, II.

- (31) O mesmo, § 219. Schenkl cit. §§ 424 e 425.
 (32) O mesmo, §§ 301 e 430.
 (33) Walter, § 224.
 (34) O mesmo, § 225.
 (35) O mesmo, §§ 226 e 227.
 (36) O mesmo, § 228. Schenkl, P. 2, C. 2, art. 2 a 7.
 (37) Os mesmos.
 (38) Walter cit. §§ 229 a 230. Schenkl cit. §§ 463 a 469.
 (39) Schenkl cit. § 464.
 (40) O mesmo, § 467.
 (41) O mesmo.
 (42) Aguirre, Tom. 3, § 1 da Secç. 3.ª, P. 1.ª, L. 3.
 (43) Schenkl, § 468.
 (44) Walter, §§ 240 a 251. Schenkl, §§ 706 a 744.
 (45) Walter cit. § 240 (s).
 (46) O mesmo (w).
 (47) O mesmo, § 241.
 (48) O mesmo, § 242. *Dict. encyclop. de Théolog.*—já cit.—Verbo — *Dime*. Schenkl, §§ 711 a 719.
 (49) Walter, § 242 (r).
 (50) Devoti, L. 2, T. 16, § 6.
 (51) Walter, § 248. Schenkl, § 729 e seg.
 (52) O mesmo, § 313, not. Mgr. Affre, *De la propriété des biens eccles.* cit.
 (53) Walter, § 266.
 (54) O mesmo, §§ 261 a 268.
 (55) O mesmo, § 320.
 (56) Schenkl, §§ 321 a 329.
 (57) Mgr. Affre, *De l'appel comme d'abus*, Paris, 1845. Walter, 44. Schenkl, § 300, etc. Ord. do Reino, L. 1, T. 9, § 12, e T. 12, 5.



APPENDICE

AO

ELENCO DAS LIÇÕES

DE

DIREITO ECCLESIASTICO EXTERIOR



Do matrimonio

I

100.º Importancia do assumpto. Não nos occupâmos do que é puramente theologico.

A disciplina. As relações do Estado e da Igreja.

Schenk §§ 593 a 659. Walter §§ 288 a 318.

101.º O que seja ? Waldeck § 95. Definições legaes, superiores. *C. 11 X De praesumptionibus: — Maris et fe-*

minae CONJUNCTIO, individuum vitae consuetudinem retinens (Inst. L. 1, T. 9, § 1. De patr. potest.)

102.º Fim triplice, complexo, não essencial. Schenkl § 593..

103.º Contracto esponsalicio, e convenções ácerca dos bens. NÃO contracto de matrimonio: *Estado, societas, conjunctio, consortium*.

Dict. encycl. de Theol., cit. VERBO — *Mariage* (*Contrat. de*) Tom. 14, pag. 245. Walter § 288 (b).

104.º *Quid*, como sacramento? (*Cathecismo*).

Trid. S. 24, Can. 1. *De sacr. matrim.*

105.º Character religioso do matrimonio. Sua influencia na familia, communa, e Estado. Seu principio (Gen. C. 2, v. 18, 21 a 24. C. 1, v. 27 e 28). Seu producto. Seus fins. Accôrdo dos povos.

Étude religieux et sociale sur le mariage, trad. de la CIVILTA CATHOLICA, Paris, 1858. Walter § 288.

106.º *Especies*.

Legitimo ou *civilmente* legal, rato ou canonico, consummado, putativo, público, secreto, clandestino, etc. Schenkl § 596.

Synopsis Juris canon. communis, — fol. Paris 1845, Tab. 42.

II

107.º *Requisitos.*

Suppõe-se não haver impedimentos.

Liberdade do *consentimento*, Trid. Ses. 24 De *ref. matr.*
C. 9. *Mutus et surdus*, C. 23 De *Sponsalibus* (IV. 1). Por
procurador, como? C. 9 De *procurat.* in 6. (I. 19).

108.º *Fôrma essencial.*

Trid. Sess. 24 cit. C. 1. Suas miúdas e prudentissimas
prescripções. Schenk § 641.*

109.º Para que é exigida a assistencia do parochó? Co-
rollarios. Casamentos validos, mas irregulares. Schenk cit.
e § 628.*

110.º Casamentos *secretos*, suas condições. *Bulla—Sa-
tis vobis* de Bento XIV (1741).

No leito da morte? Aonde não haja parochó? Walter § 294.

III

111.º IMPEDIMENTOS.

Synopsis juris canonici communis, Tab. 44.

Derimentes e — *impedientes*. O que sejam?

112.º DERIMENTES.

Por defeito de — idoneidade, — consentimento, — fôrma.

113.º Defeito de idoneidade — absoluta ou — relativa; ex. da 1.ª, a falta d'idade; e da 2.ª, o parentesco.

A absoluta, por defeito ou — corporal, ou — espiritual, de corpo — ou da alma.

114.º DO CORPO.

Impuberdade — Impotencia.

A idade casadoura, tomada do direito romano. Attenção ao primeiro dos fins do matrimonio. C. 10 X *De desponsat. impuberum* (IV. 2). Excepção da — idade supprida pela malicia. Revalidação pelo facto posterior. C. 12 eod.

Walter § 291 1) e Schenk § 622.

115.º Por que esta, e não outra maior idade? Geração e educação; emancipação, procedente do matrimonio.

Ad Cor. 1. C. 7, v. 1—9.

Dificuldade de tomar outra base. Moralidade. Confiança na natureza, — e na graça?

116.º *Impotencia* — *antecedente* e incuravel, — *derimente*.

Facto posterior, em diversas nupcias, seu resultado.

Se era conhecida? C. 4. *De frigid.* X (IV. 15). — *Ut sorores.*

Eunuchos. *Bulla* — *Cum frequenter* (1589) de Xisto V.

117.º *Subsequente*, — como qualquer outra molestia.

C. 25. C. 32. Q. 7.

Walter § 299 IV, e Schenk § 621.

118.º Da alma.

Ordens sacras, e votos solemnes. — O CELIBATO.

Anterior matrimonio subsistente. A INDISSOLUBILIDADE do vinculo, e o — DIVORCIO.

IV

119.º CELIBATO.

Historia e legislação. Walter § 207.

Relações entre a disciplina geral e a opinião universal, mais ou menos alterada. *De Maistre, Du Pape*, L. 3, C. 3, § 1. *Jager, Le célibat eccles.* V.

A virgindade, a viuvez,— e a continencia na occasião do exercicio das funcções sagradas,— e do sacrificio.

120.º O Hierophanto. As sacerdotisas de Ceres e de Minerva, na Grecia. A opinião de Plutarco e Demosthenes, cit. por *Jager*.

121.º As Vestaes. Preparação dos sacerdotes para os mysterios, até mesmo de Baccho. Testimuhos de *Tibullo, Eleg. 4*; — de *Ovidio, Fast. 2*; de *Virgilio, En. 6*, v. 664.

Instituições analogas no novo mundo, e Oceania.

De Maistre e Jager.

122.º O sacerdocio uma *casta*. Tribu de Levi. Como conciliar? *Levit. 22*, v. 3 e 4. O turno annual de serviço, e 'neste a reclusão no templo com rigoroso — celibato.

123.º Ministerio da lei nova. Ordenação, não geração. *Corpo*, não *casta*.

Enorme differença *no sacrificio*. Superior grau de pureza a exigir.

124.º O espirito do Evangelho ácêrca da perfeição, exigida do sacerdocio. *Matt. C. 19*, vv. 3 e 12, e 11 a 21.

Vide mais *C. 10*, v. 1 a 11.

125.º Incompatibilidade entre as obrigações impostas aos Apóstolos e as regras de seu viver, com a vida de família e o matrimonio.

126.º *Ad Cor.* 1.ª C. 7, vv. 7, 32 e 38.

O pensamento do Apóstolo. As necessidades da Igreja nascente. *Ad Thim.* C. 3. Casamento anterior. E cohabitação posterior? *Ad Titum* v. 7, C. 1. *Continentem.*

A lei mosaica. A opinião e lei geral.

Ad. Cor. 7, v. 5. Por argumento.

127.º Lucta das paixões, desde o principio. Vigilancio e Joviniano. S. Jeronymo, S. Ambrosio, S. Agostinho, S. João Chrysostomo, etc., verdadeiros interpretes do pensamento do Apóstolo, e da disciplina primitiva.

Argumento *pessoal* dos Apóstolos. *Matt.* 19, vv. 27 e 29.

Const. apost. C. 13. *Can. apost.* C. 25.

128.º Conc. Eliber. (a. 305) can. 33. Ancyra. (a. 314)

Conc. Noeoces. (a. 314). C. 8 e 9. D. 28. Testimunho de Sancto Epiphânio. *Adv. haeres.* 2, T. 1. *Haeres.* 59. C. 4.

129.º O P. Siricio (a. 385) C. 3 e 4. D. 82. *Conc. carth.* 2.º (a. 390) e 5.º (a. 398).

A continencia para com as proprias mulheres, com quem *tivessem casado*, antes da ordenação, sob pena de — privação de todo o officio e exercicio das ordens. *Quod apostoli docuerunt et ipsa servavit antiquitas.* Conc. carth. cit.

A expressa prohibição do casamento posterior (no *Noeoc.*) — por conclusão do espirito dos outros textos.

130.º Innoc. I, em 404, C. 4. D. 31, — C. 2. D. 82; — e o porque (n. 122).

Em 443, Leão I, *C. 10. D. 31*. Em 445 o mesmo, *C. 1. D. 32* (*subdiaconos*). Em 534, no 2.º Conc. Tolet., *C. 5. D. 28*.

Desenvolvimento e applicação dos principios, attribuidos aos Apostolos, e á primitiva disciplina.

131.º Continuação da lucta pelo rigor d'esta contra a corrupção do seculo. Arg. do *C. 5. D. 32*, (de Nicolau II, em 864); — e do *C. 16. D. 81* (d'Alexandre II em 1065).

Extrema relaxação. *Desiderius, cit. por Walter* § 207 (*m*), Gregorio VII de 1073 a 1085. Nenhuma innovação, sòmente mais efficaz execução dos can.; (*C. 15. D. 81*).

132.º O Later. 1.º (1123), e o 2.º (1139)—*C. 8. D. 27* e *C. 40. C. 27. Q. 1*. Nullidade do matrimonio.

Concilioes oecumenicos, não os papas de per si; e nelles grande concurso de prelados, mormente no 2.º; quasi mil.

133.º O Trid. *can. 9 e 10, De sacr. matrim. Ses. 24*. Anathema contra a doutrina de que os padres podem casar; que o celibato é voluntario; que a disciplina é offensiva da sanctidade do matrimonio; e que o estado de virgindade e continencia não é de superior perfeição.

V

Considerações geraes.

134.º Sublime missão do sacerdocio, e condições requeridas para recebê-la e executá-la. O paganismo, a synagoga e a Igreja. As seitas e a falta de *sacrifício*.

135.º As rigorosas obrigações do pastor. Qual deva ser a sua familia, sem partilha de cuidados. E a do apostolo e missionario. Confissão.

136.º A vocação, e a plena liberdade, sôbre conhecimento das obrigações, e demoradas provas. Ordenações de salto.

137.º Como ao vinculo do celibato para uns corresponde para os outros o da indissolubilidade do matrimonio. O principio christianissimo do — sacrificio e *renúncia* á satisfação das paixões, ou o *constrangimento moral*.

138.º O que succederia, se fôsse livre o matrimonio? Alto clero. Nepotismo. Casta.

139.º A immoralidade com o matrimonio. A falta de confiança na força moral da vontade,— e na graça. O sacerdocio especulação,— e não vocação. Medo de não ter padres, difficultando as ordens!

140.º Os principios economicos ácerca da povoação.

Vêde § 209 *Walter*, § 393 *Schenkl*, *De Maistre*, cit. §§ 2 e 3. *Jager* cit. IX, X, XI.

Dict. encycl. de theolog.—CELIBAT; *Bergier*, *Dict. de Theol.*—o mesmo.

De Bargemont, *Econ. polit. chrét.* Tom. 1, C. 6.

Elementos d'Econ. polit. §§ 216 a 228, etc.

VI

INDISSOLUBILIDADE. DIVORCIO.

Walter § 313. Schenkl § 653. Bergier, *Dict. de Theol.* e Gloscher, *Dict. encycl.*—VERBO—Divorce, etc. *Motifs, rapports, etc., du Code Civil*, 4.º ed. Paris 1850, Tom. 1, pag. 150.

141.º A lei geral na Igreja, sem excepções. Com *excepções* fóra d'ella. O *Trid. S. 24. De sacr. matr. Can. 5 e 7. O C. 2. De sponsa duorum* (IV. 4).

142.º Os fundamentos na Escripura. Logares, em que se explica a lei antiga,—e se propõem o preceito da lei nova,—outros em que sómente esta.

Marc. 10, v. 2—9 e Matt. 19, v. 3—9, e 5, v. 32.

O *Deuter. 24. 1.* A impureza da repudiada.

Marc. 10, v. 10 e 11. Luc. 16, v. 14—18. Ad Cor. 1. C. 7, v. 7.

143.º O divorcio avaliado pelos seus effeitos, experimentados em Roma, etc.;—e por suas naturaes consequências sôbre a mulher e filhos,—desordem e immoralidade na familia. O amor e a amizade. Satisfazer, e contrariar, vencer as paixões, dominar o genio.

144.º O matrimonio sómente *rato*, e a profissão religiosa, *Trid. cit. Can. 6.*

145.º Indissolúvel ainda contrahido fóra da Igreja. Hy-

pothese do C. 7, v. 12 e 13 Ad Cor. 1.º e C. 7 (4. 19).
Bento 14 — De Synodo, L. 6, C. 4, n. 3.

VII

146.º IMPEDIMENTOS POR FALTA D'IDONEIDADE RELATIVA.
Cognatio, Affinitas, Publica honestas, Crimen, Plena cultus disparitas. Summatim. Schenk. §§ 623 a 628. Walter §§ 300 a 308.

147.º COGNAÇÃO, — natural. — *Arvore. Linhas, graus?*

148.º Quid na recta? e na collateral? Regra geral — C. 8. De consang. et affinitat (IV. 14).

Quaes d'estes impedimentos podem considerar-se de direito divino natural, e por que razões? Quaes não? Disciplina susceptivel de variar. Arg. do C. 8 cit. e do Trid. S. 24, C. 2.

Dyct. encycl. VERBO — *Mariage (Empêchements)* e *Portalis, Exposé des motifs du T. 5, L. 1, du code civil* (Motifs, rapports, etc. Tom. 1, pag. 99).

149.º COGNAÇÃO — espiritual. *Trid. S. 24, C. 2. De reform. matr.*

150.º AFFINIDADE — procedente d'união carnal legitima, C. 8. cit. — e d'illegitima *Trid. S. 24, C. 4 de Ref. m.*

151.º *Publica honestas* — procedente de matrimonio rato, posto que nullo, salvo por defeito de consentimento (*Pio 5, Const. — Ad romanum*); — e de esponsaes validos (*Trid. C. 3*).

152.º CRIMEN — adulterio, com que circumstancias? e conjugicidio, *idem*? C. 5 e 6 *De eo qui duxit* (IV. 7) e C. 1. *De convers. infid.* (III. 33).

153.º CULTUS DISPARITAS PLENA. Entre quaes? por que motivos? C. 15. C. 28. Q. 1.

154.º CONSENSUS. *Erro* na pessoa, — nas qualidades da pessoa, — e tal que importe o erro na pessoa. Erro — no estado da pessoa. Quaes importam o impedimento derivamente?

155.º *Violencia*, — medo, qual? C. 15 e outros, *De Spons.* (4. 1). Justo — C. 10 *eod.* Como entendel-o? *Cautellas* a empregar pelo parcho.

Rehabilitação.

156.º *Rapto*, *Trid. S. 24 cit.* C. 6. Condições que determinam o rapto.

157.º *Condições* — honestas e possiveis, — torpes ou impossiveis, mas não repugnantes aos fins do matrimonio, — repugnantes. Effeitos? C. 7. *De cond. oppos.* (4. 1).

158.º FÓRMA — n.ºs 108 a 110.

VIII

159.º Impedimentos — IMPEDIENTES.

Ecclesiae vetitum, feriae, sponsalia, votum.
Schenkl § 614. Walter § 308.

160.º *Vetitum* — multiplice — quaes?

161.º *Feriae?* *Trid. C. 10.*

IX.

162.º DISPENSAS d'impedimentos.

Impedimentos de direito divino. Regra e excepções.

163.º De direito humano. *Trid. G. 5: Como uns — nunca, outros rarissime.*

164.º A quem o direito? Historia. Estado actual.

Circumstancias ordinarias, e extraordinarias.

Schenkl § 611. Walter § 309. Sr. Mexia, §§ 206 a 211.

165.º Tribunaes, pelos quaes se impetra; e com que condições. Schenkl § 613.

X

166.º Matrimonios — MIXTOS.

Seus perigos. Legislação ecclesiastica — antiga e moderna. Schenkl § 644. Walter § 318. *Dict. encycl.* — *Maria-ge mixte.*

167.º *Separatio quoad thorum*. Schenkl § 651.

Perpetua,—temporaria. Reconciliação.

C. 1 a 7, e 8. C. 32. Q. 1. Separação — provisoria.

C. 8 e 13 (II. 13). *De restitutione spoliatorum*.

168.º *Relações do Estado e de Egreja em quanto ao matrimonio*. Walter §§ 288 — 290. *Étude religieuse*, etc., cit. ao n.º 105.

De l'autorité des deux puissances, etc., cit. ao n.º 18. Tom. 2, pag. 468.

O matrimonio — estado *natural*, negocio do individuo, e da familia. A religião sanctificando, regulando, expondo e interpretando a lei divina.

Os effeitos puramente civis.

169.º Conveniencia, neste assumpto, da unidade das crenças, e do pleno accôrdo dos dois podêres, e das duas legislações.

170.º Difficuldades na — liberdade de cultos. Necessidade d'um limite á anarchia religiosa. O — matrimonio civil — condemnavel *em principio*, — toleravel *em hypothese*.

Dict. encyc. — MARIAGE CIVIL. *Motifs, rapports*, etc., cit. Tom. 1, pag. 99.

XII

171.º *Segundas nupcias*. Por que não as benções?

C. 1 e 3 *De secund. nuptiis* X. (4. 21). Nenhum outro estôrvo. Provas da solução do vínculo anterior.

C. 49 (4. 1) *De sponsal.* Schenk § 659. Walter § 317.

XIII

172.º ESPONSAES — de futuro — e de presente.

Condições da validade. Seus effeitos no foro externo.

Dissolução. Schenk § 629—636. Walter §§ 296 e 297.

XIV

173.º LEGITIMAÇÃO *per subsequens*. O C. TANTA 6 *Qui filii sint* (4. 17). Razões jurídicas, e naturaes — da excepção dos adulterinos. Os costumes.

Como salvar as obrigações paternaes.

Motifs, etc. (Code Civil) T. 2, pag. 176.

174.º A legitimidade necessaria para a ordenação. Porque? Schenk § 372. Walter § 203.

FIM.

NOTAS

AO APPENDICE N.º 119 A N.º 140

Do celibato clerical e monastico

I. Introducção historica.

Walter § 207 a 209. Schenkl. § 393.

De Maistre, Du Pape, L. 3, C. 3, § 1. Jager, Le célibat eccles., Paris 1856. Dict. encyc. de Theol. de Wetzer — *Célibat*, etc.

§ 1

— Não ha na Igreja catholica uso geral, tocante á alta disciplina, que não tenha as raizes nas ultimas profundezas da natureza humana, e por consequencia n'alguma opinião universal, mais ou menos alterada aqui e acolá, mas entretanto — commum, — em seu principio, a todos os povos de todos os tempos.

— Todo o universo não tem cessado de dar testemunho a estas grandes verdades: — 1) merito eminente da castidade; — 2) alliança natural da continencia com todas as funcções religiosas, — e mui principalmente com as sacerdotaes.

Purificação exigida depois do exercicio dos direitos do matrimonio para dignamente exercer o sacerdocio. — De Maistre e Jager.

§ 2

O Hierophanto, grão sacerdote dos mysterios d'Eleasis, obrigado a um perpetuo celibato e continencia.

As sacerdotisas de Ceres, escolhidas e sustentadas pelo Estado em Athenas, cheias d'honras e respeito, — obrigadas a perpetua continencia.

Ahi, no templo de Minerva, o fogo sagrado conservado por Vestaes.

Testimuhos de Plutarco e Demosthenes, citados por Jager; o 1.^o escreveu: — «Guardêmo-nos d'entrar no templo, e de pôr mãos nos sacrificios, depois de termos usado dos direitos do matrimonio. Me-dêe a noite e o somno, um sufficiente intervallo. Apresentar-nos-emos lá puros e limpos, com pensamentos todos novos.»

O 2.^o: — «Quem entra no templo, e toca as cousas sanctas, e pre-side ao culto divino, deve ser casto, não só determinado numero de dias, mas toda a vida.»

Em Roma, Numa, faz veneraveis e sanctas as Vestaes (T. Livio, l. 29)

Virginitate aliis que caerimoniis.

Aqui e na Grecia — a continencia dos sacerdotes é preparação exigida para a celebração de mysterios, ainda acompanhados de tor-pezas, para os de Ceres, Isis e Baccho.

Vos quoque abesse procul jubeo, discedite ab aris,
Queis tulit hesterna gaudia nocte Venus.

(Tibul. Eleg. 1).

Ovidio não é menos claro, dil-o em termos precisos, e dá a razão:

Quia sacra parabant
Quae facerent pure, cum foret orta dies.

(Fast. 2).

Nos elysios colloca Virgílio o sacerdote continente:

Quique sacerdotes casti, dum vita manebat.

En. l. 6, v. 661.

Num e outro paiz, ainda em epochas de geral corrupção, testi-muhos d'especial consideração prestados á virgindade, e á conser-vação da viuvez.

Instituições analogas na Etiopia e no Egypto, apparecendo depois no novo mundo, e mais tarde n'alguns dos povos da Occania!

§ 3

Mas em muitos dos povos da antiguidade, como entre os hebreus, os sacerdotes são una casta. É mistér que possam casar para que se conserve o sacerdocio. D'ahi limitada a necessidade — da continencia sómente ao tempo proximo á celebração dos sacrificios; — e da purificação preparatoria para — tocar no sagrado.

§ 4

Este principio, moral e disciplinar, acha-se escripto claramente, e severamente sancionado no Levitico.

«Omnis homo, qui accesserit... ad ea quae consecrata sunt, et quae obtulerunt filii Israel Domino, in quo est immunditia, *peribit* coram Domino.

Lev. 22, v. 8.

E no v. 4, declara expressamente como uma das impurezas os actos que respeitam ao matrimonio.

Os sacerdotes portanto, e os levitas, — no turno de seu ministerio no templo, — estavam n'elle inteiramente sequestrados de suas mulheres. Quando sacerdotes ou ministros — em exercicio, — eram adstrictos á mais rigorosa continencia.

§ 5

Harmonia, uniformidade de pensamento fundamental, — que devia de conservar-se, e aperfeiçoar-se na lei nova; e tanto mais

quanto o sacrificio inerente do Cordeiro de Deus é infinitamente superior ao dos animaes; e a realidade á figura: — e sendo o ministerio sacerdotal ahi — quotidiano, exclusivo, unico — d'um corpo, não d'uma casta, conservado não pela geração, mas pela — ordem.

§ 6

Todavia o preceito do celibato não se encontra no Evangelho, nem nas outras partes do N. T. Todavia é ahi manifestamente declarado que a renúncia á vida conjugal, para todo se entregar o homem ás cousas divinas, constitue um grau superior de perfeição.

Matt. C. 19, v. 3 a v. 12.

Observando os discipulos parecer-lhes tão dura a lei da indissolubilidade do matrimonio, que — *«si ita est causa hominū cum uxore, non expedit nubere;»* responde J. C.: *«Non omnes capiunt verbum istud, sed quibus datum est.»*

V. 12 — *«Et sunt eunuchi, qui se ipsos castraverunt propter regnum coelorum, etc.»* O que sempre a Igreja entendeu da continencia, e constrangimento moral.

Entre a vida christã do commun dos fieis, e a vida de superior perfeição, propria d'aquelles, que J. C. disse haverem de ser — *«lux mundi et sal terrae,»* é bem marcada a differença em Matt. C. 19, v. 11 a 21; quando ao mancebo, que lhe procurava o que havia de fazer para merecer a vida eterna, responde J. C. — *«serva mandata.»* E como elle retorquisse, que desde a juventude os observava; — e — *«quid adhuc mihi deest?»* J. C. diz: — 21. *«Si vis esse perfectum, vende, vende quae habes, et da pauperibus, et habebis thesaurum in coelo, et veni, sequere me.»*

Quando noutro logar (C. X, v. 1 a 11) se falla dos poderes, conferidos por J. C. ao apostolado, no principio da evangelisação, ainda antes de os constituir sacerdotes, — impõem-lhes, como preceito, o que para o mancebo era sómente um conselho:

«Nolite possidere aurum, neque argentum, neque pecuniam in so-

«nis vestris: Non peram in via, neque duas tunicas, neque calceamentum, neque virgam: dignus enim est operarius mercede sua.»

A pobreza, por antonomazia — evangelica, ou apostolica; o desapego dos bens e ligamentos do seculo, indispensavel a quem era enviado — *sicut oves in medio luporum*, v. 16, e haveria de soffrer todas as affrontas e perseguições, de que fallam os vers. seg.; — e depois da descida do E. S., — *irium—in univrsam mundum*, pregar o evangelho *omni creaturae*.

§ 7

Taes funcções, annexas ao ministerio ecclesiastico, sem excepções de quaesquer padres, são incompativeis com as obrigações do matrimonio, da paternidade e da familia.

A ideia geral de todos os povos, necessidade da abstenção e purificação para o sacrificio, — accrescia a missão evangelisadora, nos Apostolos e seus successores.

Não havia lei escripta, haveria sim a tradicional, consecratorio forçado dos deveres, impondo o celibato e a contiuecia aos sacerdotes.

No C. VII da 1.^a ad Cor. o Apost., reconhecida a sanetidade do matrimonio, não menos inculca a superior perfeição da virgindade e contiuecia.

V. 7. *Volo enim vos esse sicut me ipsum.*

38. *Qui matrimonio jungit virginem suam, benefacit; et qui non jungit, melius facit.*

32. *Qui sine uxore est, sollicitus est quae domini sunt, quomodo placeat Deo.* 33. *Qui autem cum uxore est, sollicitus est quae sunt mundi, quomodo placeat uxori, et divisus est.*

O Apostolo dirige-se em geral — aos fieis de Corinto, e não ao clero. Todavia 'neste v. 32, combinando-o com os deveres do apostolado e ministerio, e com o seu pensamento á cêrca do estado mais perfeito, deixa-se ver qual seria o — *preceito*, embora não escripto, aos que ordenasse para o sacerdocio, — estando *solteiros*. Em verdade não é isto senão conjectura.

Mas as necessidades da Igreja nascente exigiam certamente que se aproveitassem para o ministerio alguns já casados, mais dignos de confiança. A respeito d'estes diz o Apostolo na Ep. ad Thim. C. 3: — que sejam — *unius uxoris virum, pudicum, suae domui bene praepositum, filios habentes subditos cum omni castitate*, etc.

Deverão ou não abster-se do matrimonio, e viver com suas mulheres como irmãs? Cala o sagrado texto. Responderia a lei mosaica, menos perfeita; e que J. C. viera completar, não soltar de sua obrigação, 'naquillo que não era passageiro, e figurativo, — *non solvere legem sed adimplere*.

Tal era o terminante preceito, conforme á crença geral de que a impureza, procedente da união carnal, ainda entre conjuges, inhabilitava para os sagrados mysterios: — cuja celebração, na lei nova, havia de ser *quotidiana*, e não a prazos, e por turnos.

Transparece a ideia do Apostolo, illuminada pela consideração do preceito da antiga lei, no C. I da Ep. ad Titum, v. 7. *Oportet episcopum, etc., v. 8 — justum, sanctum, continentem.*

Parce querer 1) que, havendo d'escolher-se entre os já casados, não tenham contrahido senão *umas nupcias*; e 2) que estes, ordenados, sejam *continentes*.

O mesmo Apostolo quer que os seculares se abstenham do matrimonio temporariamente e de commun accordo — *ut vacetis orationi* 1 ad Cor. 7, v. 5. Como podia elle auctorisar o uso do matrimonio aquelles para quem as sagradas preces, e o sacrificio, devem ser d'um uso quotidiano, sem interrupção?

§ 8

A difficuldade de encontrar homens capazes para o sacerdocio, que fossem celibatarios, procedia não só da infancia da Igreja, mas dos costumes e leis, judaicas e pagãs, em virtude das quaes havia poucos celibatarios. O celibato era punido entre os gregos e romanos com rigorosas privações de direitos e consideração politica. E os judeus, de cujo sangue e familia ambicionavam que sahisse o Messias, tinham horror á continencia.

Em Jager (pag. 53) — mais explicita demonstração.

Como quasi todas as verdades fundamentais da religião, os pontos essenciaes da disciplina tem sido combatidos pelos heresiarchas, desde os primeiros tempos, e defendidos pelos grandes mestres e doutores da Igreja. Em especial Joviniano e Vigilancio attacaram, entre outros, a lei do celibato; e encontraram, pela frente, os primeiros escriptores e prelados, S. Ambrosio, S. Agostinho, S. Jeronymo, etc.

É extrahido de S. Jeronymo, *contra Jov. l. 1* (anno 390) o C. 7. D. 31. *«Si semper orandum est, ergo semper matrimonio cavendum.»* Tão illustrados como eram, e de mais tão proximos da idade apostolica, são, como em tudo o mais, os verdadeiros interpretes, e irrecusaveis testemunhas, das instituições primitivas, tocantes ao celibato.

S. Jeronymo, *contra Joviniano*, diz: — *Apostoli, vel virgines, vel post nuptias continentem.*

Noutra parte: — *qui assumpti postea in apostolatam, relinquunt officium conjugale.*

S. Ambrosio, interpretando os logares supra citados de S. Paulo, no sentido que expozemos, nega que o Apostolo auctorise o casamento posterior á ordenação, ou o mesmo uso dos direitos conjugaes, anteriormente adquiridos: — *«Neque iterum ut filios in sacerdotio creare apostolica invitetur auctoritate: — habentem enim dixit filios, non facientem.»*

Os que tiverem as qualidades que diz o Apostolo (acrescenta 'noutro lugar) podem ser ordenados: — *se posse impetrare quod postulant, — jam de coetere ab usu feminae cohibentes.*

S. João Chrysostomo exprime a mesma ideia, attribuindo ás necessidades do tempo consentir-se a ordenação do monogamo: — *Tunc nempe istud concessit pro tempore ac rei natura quae tunc inerat.*

§ 10

Discutindo, como hoje contra os protestantes, o facto pessoal do estado dos Apostolos, mostraram os PP. e doutores dos primeiros seculos, que era notorio a respeito d'alguns d'elles (S. João, S. Thiago, e S. Paulo) não serem casados; — que os outros (e de nenhum se sabe com certeza que o fôsse, ao tempo de sua vocação, senão S. Pedro) deixaram suas mulheres e familias para seguir a J. C.

«*Ecce nos relinquimus omnia, et secuti sumus te: dizia S. Pedro (Matt. 19, 27).*

«*Et omnis qui reliquerit domum.....*

aut uxorem, aut filios... propter nomen meum, centuplum accipiet et vitam aeternam possidebit» (v. 29).

§ 11

As constituições, dietas, apostolicas, e os canones apostolicos, embora não sejam obra dos Apostolos, mas certamente da idade mais proxima a elles, e documentos antiquissimos da disciplina ecclesiastica, — expressam as mesmas ideias, formuladas em preccitos:

«*Post ordinationem autem, si uxores non habent, proecipimus ut non liceat amplius ducere. C. 13.*

Nos can. apost. exceptuam-se — *lectores, cantores que tantummodo (C. 25); e é sabido que estes não eram, como não são hoje, senão clérigos in minoribus.*

«*Ex his qui coelibes in clerum pervenerunt, jubemus ut lectores tantum, cantores que (si velint) nuptias contrahant.»*

§ 12

Nesta severa disciplina não apparece alteração, senão mais terminantes e successivas injunções.

O Conc. Elíber. em 305 no Can. 33 diz o seguinte: — *Placuit in totum prohiberi episcopis, presbyteris et diaconibus, vel omnibus clericis, postis in ministerio, abstinere se a conjugibus suis et non generare filios; quicumque vero fecerit, ab honore clericatus excludetur.*

Aclara a obrigação da continencia para os ordenados, depois de casados. Era escusado prohibir o casamento posterior, á vista da disciplina vigilante, e dos naturaes consecrarios d'este proprio C. 33.

O de Ancyra, em 314, permite casar, depois da ordenação, só-

mente — ao diacono, que no acto d'ella protestára não poder conservar-se no celibato: — *vellet se habere uxores, nec posse se continere.* Não tendo feito este protesto, calando, e depois casando-se: — *a ministerio cessare debebant.* C. 8. D. 28.

No mesmo anno 314 o Conc. Noces. determinava, que se o presbytero casasse, — *ab ordine suo illum deponi debere.* C. 9 cit. D.

No principio do sec. 5.º, ou fins do 4.º, escrevia S. Epiphânio, que a obrigação da continencia, ainda pelos sacerdotes casados antes da ordem, se observava — *proecipue — ubi ecclesiarum canones accurate servantur.* Explica os exemplos em contrario, em alguns logares, *non ex canonis auctoritate*, mas por effeito de relaxação; e em partes pela multidão do povo christão, e difficuldade de haver sacerdotes. (Adv. haeres. 2, T. 1, haeres. 59, C. 4).

Dos fins do mesmo 4.º seculo ha muitos can. significativos, no corp. juris.

C. 3 e 4. Dist. 82 (P. Siricio a. 385):

Que o clérigo *in sacris*, que tendo faltado á continencia, ainda com suas mulheres, se arrepende e obtiver perdão — *sine ullo honoris augmento in hoc, quo dejecti sunt, quamdiu vixerint, officio perseverent, — si tamen posthac continentes se studuerint exhibere.*

Se persistir: — *noverit se ab omni ecclesiastico honore... dejectos; nec unquam posse veneranda attrectare mysteria.*

No C. 3 o Papa recorda a disciplina da lei anterior, e como os sacerdotes da lei nova são por ella mesma condemnados, pois que não permittia junctar o ministerio effectivo com os gozos maritais; e se permittia estes, fóra do exercicio sacerdotal, não era senão porque, pela geração, se havia de conservar a tribu de Levi.

No Conc. Carth. 2.º (a. 390).

Quod Apostoli docuerunt, et ipsa servavit antiquitas:

«*Ut episcopi, presbyteri, et diaconi, vel qui sacramenta contrectant, pudicitiae custodes, etiam ab uxoribus abstineant.*» C. 3. D. 84.

No 5.º (a. 398 ou 401).

— *Nisi fecerint, ab ecclesiastico removeantur officio.* C. 13. D. 32.

§ 13

Em 404 escrevia João 1 a um bispo das Gallias.

«*Tenere debet omnino ecclesia ut sacerdotes et levitae cum uxoribus suis non misceantur, quia ministerii quotidiani necessitatibus occupantur.*» Suscita a memoria da lei mosaica, e do motivo por que encerrava os levitas no templo, no turno annual de seu ministerio.

C. 4. D. 31.

Em 405 o mesmo Papa suscita a observancia do decreto a P. Siricio. C. 2. D. 32.

Em 443 Leão I ao bispo de Narbonne (C. 10. D. 31).

«*Qui cum essent laici... licite et uxores ducere et filios procreare poterant, sed cum ad praedictos pervenerunt gradus, coepit eis non licere quod licuit.*» Se casados — *cessent opera nuptiarum.*

Em 445 o mesmo P. (C. 1. D. 32) estende a prohibição aos *subdiaconos*:

— *Ne subdiaconis quidem connubiura carnale conceditur; ut et qui habent, sint tanquam non habentes, et qui non habent, permaneant singulares.*

Conc. Arelat. (524) C. 7. D. 28.

Prohibe ordenar de Diacono os que não professarem primeiro a — castidade.

No Conc. Toletano 2 (531) C. 5. D. 28, exigiu-se para receber o subdiaconato — *promissionem castimoniae suae absque conjugali necessitate spoponderint servaturos.*

Não cumprindo, — *ut sacrilegii rei ab ecclesia habeantur extranei.*

§ 14

Até aqui, sec. 6.º, o casamento do clérigo é altamente ilícito e punível; bem como a cohabitação carnal dos conjuges, se precedera á ordem o matrimonio, mas este não é declarado *nullo*.

Em resultado o padre, ordenado depois de casado, podia exercer o ministério, abstando-se dos direitos conjugaes; — e casando, depois, contra os can. que lh'o vedavam, — perdia o officio e a honra clerical.

Era portanto inherente ao effectivo e legitimo exercicio do sacerdocio, quer como bispo, quer como presbytero, quer como ministro, diacono ou subdiacono, — o mais rigoroso *celibato*.

§ 15

Nos seculos seguintes novos canones procuram conservar esta disciplina. A sua reproducção, e expressão rigorosa denotam a força do mal, que resiste a todas as prescripções.

Sirva d'exemplo o C. 5. D. 32, de Nicolau 2 (864), renovada a sua disposição no Conc. Rom. de 1063 por Alexandre II (C. 6, cit. D.). Segundo elles o clérigo concubinário, ou casado, ficava interdicto para todo o officio sacerdotal, e não menos para haver quaesquer proventos da Igreja; e prohibidos os seculares de lhe ouvirem a missa. Concorda na primeira parte o C. 16. D. 81 (d'Alex.º II, a. 1065): *«Si quis... foeminam acceperit, vel acceptam retinuerit, proprio gradu decidat... nec in choro psalentium maneat, nec aliquam portionem de rebus ecclesiasticis habeat.»*

§ 16

No fim d'este mesmo seculo, o 11.º, o desprezo dos canones, e a relaxação do clero, ainda em Roma, tomára as maiores proporções. Até os bispos viviam com mulheres e filhos na propria casa.

Vêja-se a cit. de Desiderio (1087) em Walter § 207 (m).

Segue-se a esta extrema decadencia o reinado energico do grande restaurador da disciplina, Gregorio VII (1073 a 1085).

É sabido como a summa relaxação dos costumes do clero se acompanhava neste tempo com a extrema subserviência do mesmo aos imperantes temporaes; de quem os bispos, quaes srs. feudaes, recebiam a investidura dos bispados, comprados, como os outros benefícios, pela mais escandalosa simonia.

«*Non liberari potest ecclesia a servitute laicorum, nisi liberentur clerici ab uxoribus*: maxima do grande pontifice. Epist. 111, 7.

Todavia — qual foi a innovação que introduziu a respeito do celibato? A resposta é muito simples: — nenhuma (*Dict. encyc. de Theol. CÉLIBAT.*)

Tudo quanto fez, reduziu-se a exigir com maior decisão e vigor o cumprimento dos canones de seus antecessores. C. 15. D. 81. «*Si qui presbyteri, diaconi vel subdiaconi, qui in crimine fornicationis jaceant, interdiciamus eis... ecclesiae introitum. Si... perseverare mauerint, nullus vestrum officium eorum audire procumat, quia benedictio eorum vertitur in maledictionem, et oratio in peccatum*. A desobediencia a este preccito eguala a o papa á — idolatria.

§ 17

matrimônio ilícito

Apesar de todas estas prescripções era o matrimonio sómente illicito, mas valioso, ou illicito e nullo?

É certo que nenhum canon o declarava nullo, pelo que parece provavel a opinião de que o não era.

Em 1123 o 1.º concilio Lateranense determinou o seguinte: — «*Presbyteris, diaconis, subdiaconis et monachis concubinas habere, seu matrimonia contrahere penitus interdiciamus; contracta quoque matrimonia ab hujusmodi personis disjunct, et personas ad poenitentiam redigi debere* — juxta sacerdotum canonum diffinitiones — *judicamus*. C. 8. D. 27.

Em 1139, o Later. 2.º decretou egualmente: — «*quatenus episcopi, presbyteri, diaconi, subdiaconi, regulares canonici, monachi atque conversi professi, qui, sanctum transgredientes propositum, uxores sibi copulare proesumant, separentur. Hujusmodi namque copulationem, quam, contra ecclesiasticam regulam, constat esse contractam, matrimonium non esse censemus*.

«*Id ipsum quoque de sanctimonialibus feminis si, quod absit, nubere attentaverint, observari decernimus*. C. 40. C. 27. Q. 1.

Desde então o matrimonio de clérigos in sacris e de monjes não só é illicito, mas nullo; — não é matrimonio.

E para que ficasse destituida de todo o fundamento a calunnia dos que attribuem á curia romana a instituição do celibato, e a persistencia na conservação d'esta rigorosa disciplina, cumpre notar como estas ultimas e decisivas determinações partiram de dois concilios, ecumenicos, numerosissimos. Ao 1.º assistiram 300 bispos, e ao 2.º quasi mil!

O Trid., nos can. 9 e 10 da S. 24. De sacr. matrim., fulminou o anathema contra os que sustentarem a validade destas uniões, e ineliminarem a Egreja que defende a disciplina do celibato.

A clergomania por tanto é hoje não só altamente ilícita, mas taes uniões nunca podem ser senão—mancebias.

Devem taes clérigos, ou religiosos, d'um e outro sexo, separar-se, e fazer penitencia, C. 1 e 2 X (L. 4. T. 6.) Ficam *ipso facto* excomungados; e como taes, devem os bispos fazel-os denunciar publicamente;—*ipsos excommunicationis ipso facto decernimus subiacere, proecipientes ecclesiarum proelatis, ut illos, quos eis constiterit taliter contraxisse, excommunicatos publice tandum nuncient*, etc.—até que façam penitencia.

Ratifica as outras penas.

Ficam *irregularres* para o exercicio das ordens;—e perdem o officio e beneficio. V. Schenkl § 333 **.

No Oriente (Egreja schismatica)—é o celibato egualmente de rigoroso preceito para os monges e bispos; os quaes em regra não são escolhidos se não d'aquelles. Aos outros clérigos não é tambem permitido casar depois da ordem; podem porém ordenar-se os casados, monogamos, elles e as mulheres. E a regra é casarem antes de se ordenarem. Devem tambem separar-se de suas mulheres quando hajam de celebrar.

Nas seitas protestantes os ministros gozam da mesma liberdade que os seculares; não estão sujeitos á lei do celibato.

Considerações geracs

1) O *caracter e a dignidade do sacerdocio, sua elevada missão, que não deve conferir-se senão aos que a tem comprehendido em toda a sua extensão, e renunciado as cousas do tempo com firme e inabalavel resolução*. Walter § 209, 1).

Se o reconhecimento d'estas qualidades, em relação a certos deveres, e especialmente ao da continência, e abstenção dos gozos maritaeas na approximação do sacrificio, se manifesta ainda entre os pagãos;—e mais explicitamente na lei mosaica; como poderia ser differente o juizo da Egreja catholica?

O sacrificio,—acto essencial da religião, como documento d'adoração, reconhecimento dos beneficios recebidos, expiação dos peccados, e imploração de novas graças do ser finito ao Infinito,—não é já de novilhos e carneiros;—nem d'imagens e symbolos, mas do —CORDEIRO IMMACULADO! O sacrificador não toca sómente cousas consagradas e sanctas;—mas o auctor de toda a santidade,—o varzo humanado!

Dicta-o a razão; nada mais altamente indecoroso e inconveniente

do que approximar-se do altar o sacerdote, que a lei mosaica puniria de morte por causa d'impureza?

Condeannaria a lei pagã ao sacerdote de Baccho, que não se abstinhesse de sua mulher, havendo de celebrar mysterios nefandos; e a Igreja deixaria consagrar o pão tres vezes *santo* áquelles que sabissem do tóro conjugal!

Que fez pois e desde o berço? — *Fez sair e desinvolveu uma verdade, apontada pela opinião universal*, Walter cit.

II) As seitas ditas christãs, e todas — *protestantes* contra o principio da auctoridade (unico ponto puramente *negativo*, em que se ajustam) e nas quaes o *ministro* casa ou não, como lho praz, nem reconhecem de qualquer forma o principio da continencia, são inteiramente logicas, — por que não tem *sacrificio*, e por isso não tem *sacerdocio*. O ministro não é sacrificador ou sacerdote. *O que é um ministro do culto que se diz reformado?* (diz J. De Maistre cit.) *É um homem vestido de preto, que sobe nos domingos ao pulpito para dizer algumas boas palavras.*

E como, segundo o unico ponto fixo e universal, cada um é ali interprete da Escriptura, nem reconhece uma qualquer auctoridade em religião, a esse mesmo ministro prégador falta o caracter e a dignidade de mestre, doutor, representante da Igreja infallivel; em cujo nome, e por ella, e como ella, prega e ensina o sacerdote catholico.

Não é pae espiritual, não é — *padre*.

III) Para se apreciar o descalçamento a que tem baixado essa ordem de *funcionarios publicos*, leam-se na obra de De Maistre as multiplicadas e extensas citações — não de catholicos, mas de *protestantes* e *ministros* do culto.

Nas egrejas schismaticas a consideração é para o alto clero e para os monges, — que são rigorosamente celibatarios; — nenhuma para os *popes*, que em verdade não podem casar depois das ordens, mas que se cazam para se ordenarem!

Ahi o epiteto de — *filho de padre* é grave injúria.

(De Maistre cit.).

IV) Os defeitos, os vicios, as excentricidades da familia, e em especial da *mulher*, actuam necessariamente sobre a consideração do *marido* e chefe; e tanto mais quanto mais nobre e elevada é a sua situação e mais repugnante com ella o ridiculo, d'alli procedente.

Os proprios protestantes, facilitando a seus *ministros* o casamento, todavia o reconheceram. *«Convinha-lhes mais viverem castos e sem casarem.»* — *«Ganhariam muito maior favor e dignidade»* (Citações em JACOB, pag. 110).

Aquelle, cuja familia são as suas ovelhas, ou em geral a *communidade christã*; e cuja unica esposa é a — *Igreja*, não tem que responder senão pelos actos proprios.

I) «Os extensos deveres que a disciplina da Igreja catholica impõe ao ecclesiastico, como pastor das almas, não são egualmente conciliaveis com a vida conjugal.» Walter cit.

As palavras, asseaz significativas do Apostolo, no C. 7, v. 32 e 33 da 1.^a ad. Cor. (§ 7); e a missão d'ensinar e reger espiritualmente, de evangelisar o mundo; de vizitar os enfermos; de correr a toda a parte, e a toda a hora, e em todo o tempo, qualquer que seja o risco, aonde haja uma alma a illustrar, a consolar, ou salvar; — de assistir a todos os desgraçados, de reprehender e corrigir o vicio sem distincção de pessoas, tempos e lugares, — de ligar e desligar no tribunal da penitencia, etc.

II) Concebe-se o desprezo da vida no campo da batalha a trôco da gloria, e com a esperanza nas corôas da victoria e augmentos d'honras e de póstos, ainda esquecidas as mais doces e fortes ligações. É sobremodo mais difficil sacrificar todas estas considerações, longe do estrepito dos clarins e dos canhões, nos hospitais dos pestíferos, e juncto não só do leito, mas á bôcca do moribundo de inolestia contagiosa, em fetidas mansardas.

«Mil vezes as affeições do padre — casado, de resto legítimas, «poderiam mais que o seu dever. Sua generosidade restringir-se-ia; «fechar-se-ia a sua bôlça; abandonalo-hia a coragem no momento «do perigo. Mais apegado ao solo, cahiria mais facilmente debaixo «da influencia do poder.» Jager.

«Desde que foi permittido ao nosso clero casar (diz um ministro «protestante) (a) succedeu o que não podia deixar de succeder, e «que devêra prever-se: desde então os nossos ecclesiasticos não se «occupam senão de suas mulheres e de seus filhos.» — «Despiram «com o habito sacerdotal o caracter espiritual; metteram-se humil- «damente debaixo dos pés da autoridade temporal. *Secularisaram-se* inteiramente.» (diz outro). (b)

III) São factos reconhecidos tanto a força do proselytismo catholico, e a incessante diffusão da Igreja nas terras mais remotas e incultas; como — a esterilidade das egrejas schismaticas e hereticas.

Centenares d'apostolos saem cada dia dos pórtos da Europa, e vão dar a vida pela fé e pela civilisação, entre os barbaros; que o não fariam, se, como o *pope* ou o *ministro*, estivessem ligados ao matrimonio.

IV) A differença no serviço dos enfermos, mormente nos contagios, pelas duas classes d'ecclesiasticos, os catholicos e celibatarios, e os casados, tem-se manifestado sempre que se offerce a occasião. E como a mais grave censura recai sobre a frieza e indifferença destes, é curioso de ver como elles proprios pertendem justificar-se, allegando não ser a sua missão senão ensinar, advertir, pregar; como

(a) *King*, cit. por Jager, pag. 111.

(b) *Marheine*x, idem, pag. 115.

não devem nem as ovelhas perturbar o descanso, e arriscar a vida de seus pastores, chamando-os juncto ao leito do moribundo e do pestífero, aonde elles ministros nada têm que fazer para bem de suas almas (a)!!

V) «O bom pai de família é tímido no pulpito. Vóz secreta lhe diz que não está no seu lugar (diz Jager).»

Diziamos na linguagem popular: — Tem telhados de vidro. Arrisca muitos interesses, fallando a verdade *nua e crua*.

E tanto mais quanto é certo que os curas d'almas, ainda quando inamovíveis, nunca podem ter em regra senão modestas congruas, insufficientes para si e para a mulher e filhos; e serão portanto singularmente dependentes e submissos aos que tem por si a força physica, e os cordões da bolsa dos orçamentos. *Secularisar-se-hiam*, metter-se-hiam debaixo de seus pés, como dizia o cit. ministro Marbeix.

VI) A caridade não é certamente privativa do ministro da religião; mas esse, por isso mesmo que a religião é toda caridade, deverá ser por excellência — *o homem da caridade*.

Os bens da Igreja e de seus ministros, como tacs, são — *patri-mónio dos pobres*. Tirada a decente sustentação, o mais deve-o o clérigo ao proximo.

Eis a constante doutrina da Igreja, e a razão de ser de tantas fundações pias, hospitaes, hospícios, collegios d'educação etc., devidos ao zelo d'illustres prelados, de bemfazejos sacerdotes.

Se não tivessem sido celibatarios, faltariam a um dever, preterindo suas famílias, e o estabelecimento de seus filhos. O abuso, aliás tão vulgar, e que dá origem ao dictado de que — não ha familia poderosa, de tempos passados, que não tenha alguns padres no inferno, — confirma este juizo

«Dai uma família a um Carlos Borromeu, a um Belzunce, a um «Vicente de Paulo (e ajudaremos a um Bartholomeu dos Martyres), «suspendereis desde logo seus impulsos, ou paralyzareis seus esforços (Jager).»

Cousa espantosa! Mr. Michelet, no Tom, 2. pag. 168 de sua historia de França, copiado por Jager, pag. 125, insigne apologistas do celibato ecclesiastico. «Eis a obra prima do christianismo (diz elle): «— o individuo e as pequenas affeições desaparecem diante das necessidades corporaes e espirituas de todos os homens!

— «Nunca uma Igreja de padres casados (diz mais) produziria os prodigios da arte religiosa, nem a alma d'um S. Bernardo, d'um Vicente de Paulo, d'um S. Francisco de Sales, nem o genio de S. Thomaz, nem todas estas ordens religiosas, nem os sabios e profundos benedictinos. A homens tacs é mistér o recolhimento solitario, ou o mundo inteiro por família.»

— «Jesus Christo viveu e morreu virgem; desde ahi a grande consagração do celibato dos padres.

(a) Jager, pag. 118. Ahi longas citações e extractos.

Mas tão sómente podia o tempo levar a toda a perfeição esse bello pensamento, — que data da organização completa da Igreja.»

Com muita razão termina Jager: — «Se o erudito professor examinasse todas as instituições do christianismo, como examinou a do celibato, achal-as-ia egualmente bellas e bem fundadas: seria christão, e christão catholico.

VII) Uma das mais bellas, e admiravelmente sanctas instituições divinas da Igreja catholica, que o protestantismo rejeitou, é a confissão auricular; a qual, feita com as devidas disposições, alivia a consciencia opprimida, regenera a alma, reconcilia os homens consigo e com o proximo. «Que restituições, que de reparações, não leva ella a fazer entre os catholicos! (escreveu o mesmo J. Jacques Rousseau).

«É cousa excellentissima (escreveu Voltaire), freio do crime, inventada na mais remota antiguidade.»

— Quando a natureza e os homens são impiedosos (diz Chateaubriand), é bem tocante achar um Deus, prompto a perdoar; não pertenciam senão á religião christã haver feito duas irmãs — a *innocencia* e o *arrepentimento* (a).

«Ha no christianismo (diz J. de Maistre) cousas tão altas e tão sublimes; ha entre o pastor e as suas ovelhas relações tão sanctas, e tão delicadas que não podem pertencer senão a homens, absolutamente superiores aos outros (— e *destigados das intimas relações da familia*). A confissão só por si exige o celibato. Jamais as mulheres, as quaes é mistér particularmente considerar 'neste ponto, concederiam plena confiança ao padre casado; — mas não é facil d'escrever sobre este ponto.»

Terá por ventura relação com este delicadissimo ponto o facto, succedido na Inglaterra com o clero francez, emigrado na epocha do terror; e que por suas altas virtudes, sciencia e nobre coragem, vencem em seu favor todos os preconceitos do anglicanismo.

«O homem, que se appresenta para entrar 'numa casa ingleza, (diz o mesmo A.) a titulo de medico, chirurgião, professor etc., não passa o limiar, se é celibatario. Uma suspetosa prudencia desconfia de todo o homem, cujos desejos não tem um objecto fixo e legal. Parece que não se cre na resistencia, tanto se recceia o ataque.

Tam sómente o padre (*catholico*) pôde escanpar a essa desconfiada delicadeza. Entrou nas casas inglezas em virtude desse mesmo titulo, que d'ahi houvera excluido outros homens. Uma opinião rancorosa, d'edade de trezentos annos, não pôde deixar de erer na santidade do celibato religioso.... Tal inglez, que talvez tivesse fallado ou escripto muitas vezes, conforme a seus prejuizos, contra o celibato ecclesiastico, via sem temor sua mulher ou sua filha receber lições d'um padre catholico; tão infallivel é a consciencia! tão pouco se embarça com o que o espirito imagina, ou a boca profere!»

(a) *Génie du Christ.*, 1.^{re} P. 1.^o L. C. 6.

§ 21

D'uma parte o celibato ecclesiastico, perpetuo. Da outra o vinculo matrimonial, indissolvel, egualmente — perpetuo.

Quem foje d'um, por que, acccite, já o não pôde largar, para se refugiar no outro, encontra lá uma prisão analogia.

Escola de sacrificio, e de renuncia a si mesmo, é a vida do christão; mas é ao mesmo tempo escola de triunfo da razão sobre a paixão, da alma sobre o corpo.

A Igreja a ninguém obriga quer a ser padre, quer a casar. Exige a mais séria reflexão no escolher. Põe bem clara a disposição de seus canones. Não ha que duvidar do seu conteúdo. E em respeito á ordenação, demora a epocha; prepara-a por estudos e educação propria; approxima o candidato pausadamente, por grãos, a espaços consideraveis, dando-lhe todo o tempo de retroceder.

Mas 'numa e outra perpetua ligação, indissolvel, concluida ella, é inexoravel, obrigando ao cumprimento do prometido; cerra a porta a toda a leviandade.

Excita o homem ao emprego da mais alta força moral, ao sacrificio, á resignação; — e sobretudo a sollicitar o auxilio d'Aquelle para quem não ha impossiveis, e cuja Graça nunca falta a quem real e devidamente a procura.

Os que leviamente, com vistas todas profanas, se empenham 'num estado, de que não podem sair, queixem-se de si; e recorram á mesma fonte, cujas aguas sanam esses defeitos, e dão as forças, que lhes faltam.

De sua parte os bispos deveram (como diz bem Walter) *usar mais escrupulosamente dos numerosos meios, que lhes são offerecidos pela legislação da Igreja, e pelo systema d'educação ecclesiastica, para descobrirem a verdadeira vocação; — e não a descobrindo, ou duvidando d'ella, ou não encontrando no ordenado todas as qualidades canonicas, neguem redondamente as mesmas ordens, como podem e devem.*

Entre o officio de supremo pastor ou Bispo, e o estado de casado, é tanto mais saliente a contradicção quanto mais elevada é a dignidade, extensas e importantes as funcções. «Exporia (diz ainda Walter), como a igreja anglicana offerece copia d'exemplos, o provimento dos officios ao mais acanhado nepotismo, e os redditos ecclesiasticos ás mais damnosas dilapidações.»

Impôr a uns (a estes e aos monjes) o celibato, admittindo o casamento nos outros, — constituiria duas classes distinctas, como na igreja grega; e a confiança e a consideração iriam para a primeira, retirando-se da segunda, comoahi.

E o favor da opinião para uns traria consigo o descrédito do matrimonio dos outros.

§ 22

Ganhar-se-ia na moralidade pública, pela derrogação do celibato?

Para que assim succedesse, era mister que o matrimonio fôsse efficaçamente o antidoto da lubricidade, a morte da devassidão dos costumes. Quando a corrupção invade a sociedade, e com ella uma parte do clero, a historia e a experiencia quotidiana demonstram que a sanctidade do estado matrimonial, com suas rigorosas promessas, e legitimos gozos, é absolutamente inefficaz para cohibir os dissolutos. Couda nenhuma se obtinha. Quem não quer vencer-se, na inteira abstenção, a fim de cumprir os seus votos de continencia, egualmente cederia aos instinctos da carne para quebrar os votos da fidelidade conjugal.

Num e'noutro caso a principal fôrça ha de ser sobrehumana, do alto. Quem a não procura, quem a despreza, forçoso lhe é despenhar-se.

Mas Christo disse: — *Non omnes capiunt verbum istud, sed quibus datum est* (Matt. XIX. 11.)

Quando a Igreja exige as provações que fallámos, e as delongas anteriores á ordenação, propõe-se a descobrir, nos ordenandos, esses — *quibus datum est*.

Os que enganaram a Igreja, intromettendo-se no seu scio por considerações terrenas d'interesses mundanos, de si se queixem. Resignem-se ás condições d'um estado, para que fingiram vocação; e recorram aos meios espirituaes, com que possam remediar o máo passo, que deram.

A disciplina da Igreja é pois terminante, e tão antiga como ella mesma. Não pertence ao Estado alteral-a. Como a respeito do dogma, ou submeter a ella, ou sair do gremio da Igreja. Lamentará a perda d'alguns de seus filhos; não torcerá, por comprazer a esses, uma regra que entende necessaria a todos.